

resultados

1T19



isa

CTEEP



São Paulo, 29 de abril de 2019 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do primeiro trimestre de 2019 (1T19). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Receita Líquida	694,2	732,3	-5,2%
EBITDA Ajustado ¹	614,8	683,9	-10,1%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>80,7%</i>	<i>84,4%</i>	<i>-3,7 p.p.</i>
Lucro Líquido	234,1	305,3	-23,3%
<i>Margem Líquida</i>	<i>33,7%</i>	<i>41,7%</i>	<i>-8,0 p.p.</i>
ROE (acumulado de 12 meses)	17,8%	11,0%	6,8 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

Teleconferência 1T19

30.04.2019

10h00 (BRT) / 09h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246 / +1 646 291-8936

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Reynaldo Passanezi
Michelle Lourenço Corda
Lúcia de Luiz Cesari
Gabriela Rigo Bussotti
Yuri de Souza Utino

Telefone:
+55 11 3138-7557

E-mail:
ri@isactEEP.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	9
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.2	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	11
3.4	EBITDA e Margem	12
3.5	Resultado Financeiro	13
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	14
4.	Proventos	15
5.	Endividamento	16
6.	Investimentos	17
7.	Mercado de Capitais	17
8.	Eventos do Período	18
9.	Eventos Subsequentes	19
10.	Outras Informações Relevantes	19
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	19
10.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	21
11.	Anexos	22

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



A ISA CTEEP

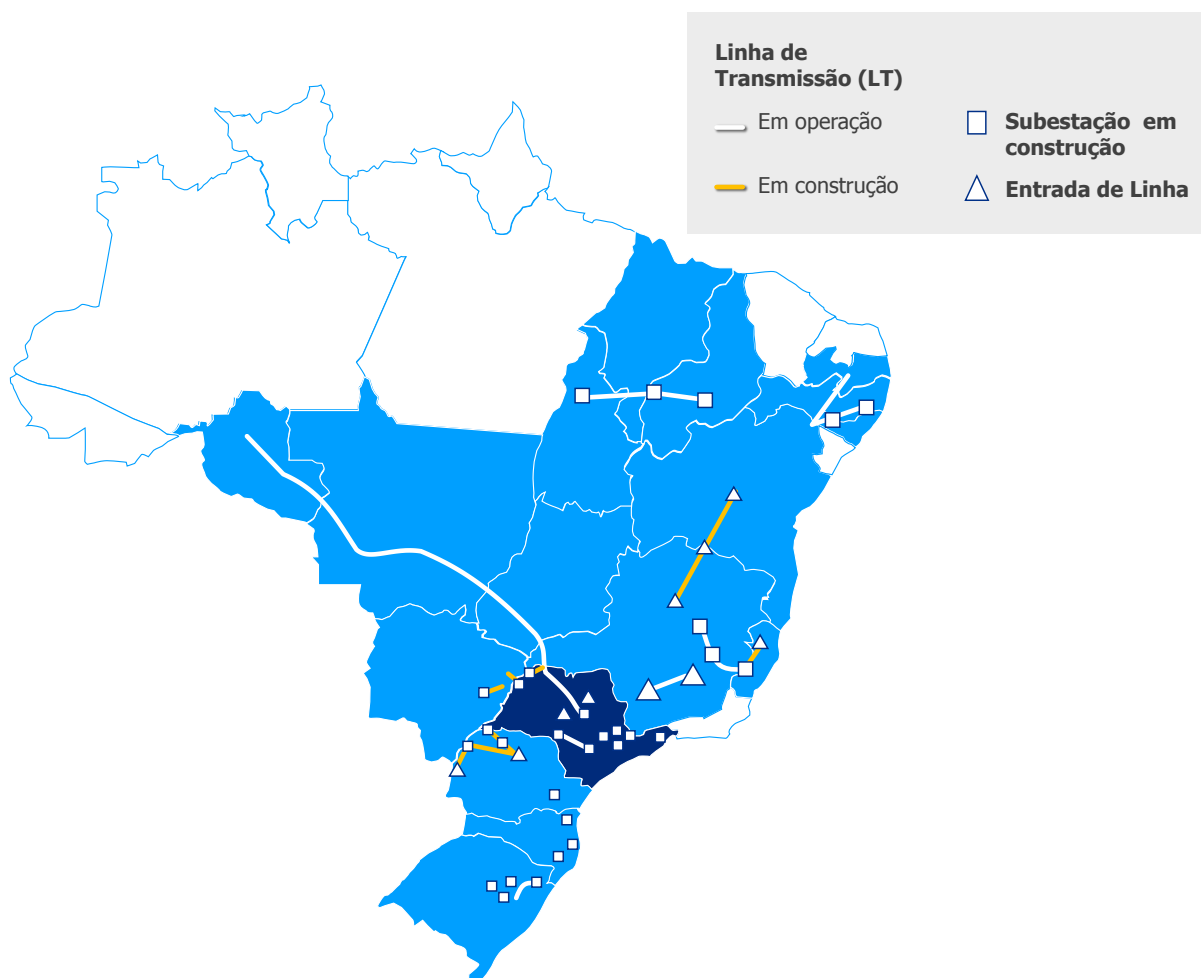
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de março de 2019, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias com tensão de até 550 kV.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos três anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 2 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 8 mil MVA ao seu portfólio.





Composição Acionária

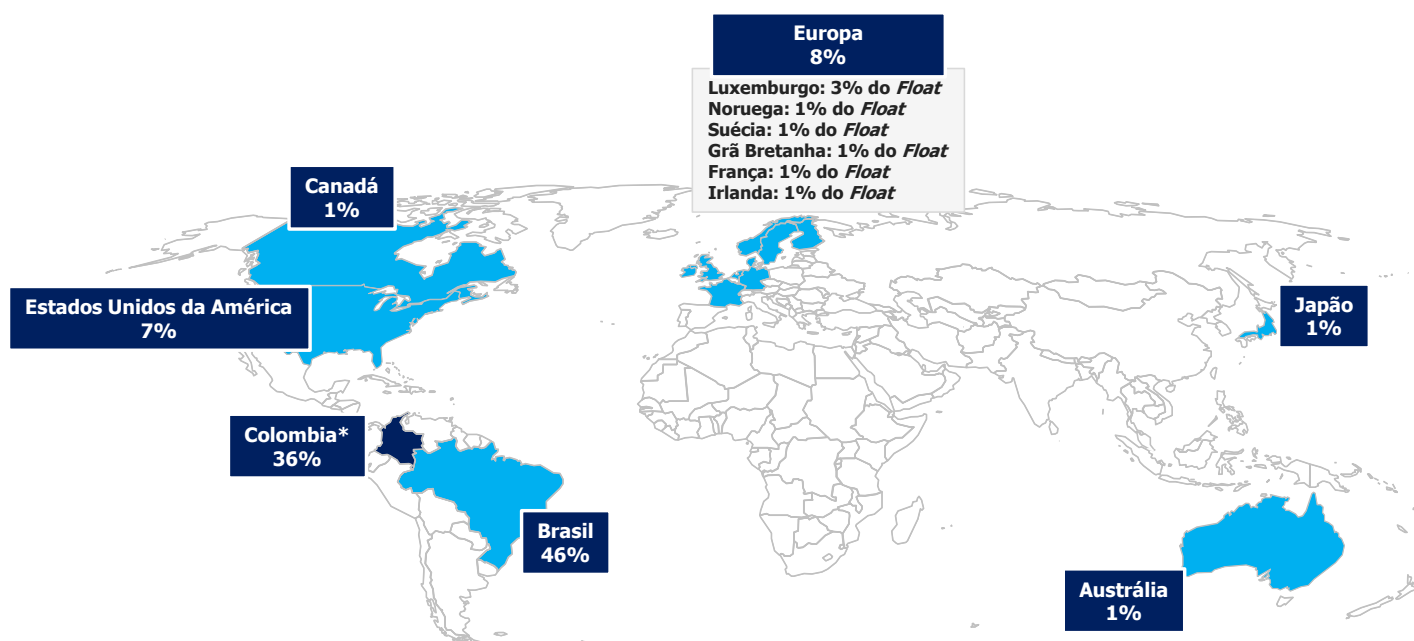
Em 04 de abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais. O desdobramento não implicou na modificação do capital social da Companhia, que permanece no valor de R\$ 3,6 bilhões.

	Antes do Desdobramento	Após o Desdobramento
Ações Ordinárias	64.484.433	257.937.732
Ações Preferenciais	100.236.393	400.945.572
Totalidade das ações	164.720.826	658.883.304
Capital Social (R\$)	3.590.020.427	3.590.020.427

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatinas de sistemas de infraestrutura lineares, e tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica. A composição acionária após o desdobramento ficou conforme tabela abaixo.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.801.044	98,72%	422.881.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	208.023.032	51,88%	233.181.676	35,39%
Outros	1.922.256	0,75%	187.778.012	46,83%	189.700.268	28,79%
Total	257.937.732	100%	400.945.572	100%	658.883.304	100%

Distribuição do Capital Total em 31/03/2019



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.



Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ¹	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.421	2.421	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira ²	Operacional	Rondônia / SP	497	253	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivai	Em construção	Paraná	267	134	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	107	54	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	87	44	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	71	36	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	54	54	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	60	60	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	54	54	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espirito Santo	47	47	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	44	44	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	38	38	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul ³	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Operacional	Minas Gerais	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Vrecy	Operacional	Espirito Santo	7	7	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Em construção	São Paulo	11	11	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena	Em construção	São Paulo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			3.875	3.367			

¹ Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

² Pendências impeditivas no Contrato 015/2009 resultam em aplicação de fator redutor equivalente a 10% da RAP associada ao contrato (aproximadamente 5% da RAP total)

³ Consolidação integral a partir de setembro de 2018

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos três anos, a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 2 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 8 mil MVA ao seu portfólio. Os novos projetos somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP de cerca de R\$ 448 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. premissa ANEEL. Até 31 de março de 2019, foram investidos cerca de R\$ 346 milhões nos 10 novos projetos.



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	54	fev/17	fev/22	jan/19 ²	2T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	36	fev/17	fev/22	jan/19 ²	✓	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	47	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18 ³
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	134	ago/17	ago/22	fev/21 ⁴	✓ ⁵	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	18	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18
	IE Itaquaré (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	46	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	54	ago/17	ago/21	dez/18	2T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	11	ago/17	fev/21	jan/20	✓	2T18
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	10	set/18	set/22	set/21	2T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	38	set/18	set/23	set/21	1T20	-
Total				3.831		448					

¹ Conforme contrato de concessão

² Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

³ IE Itaúnas é formada pela implantação da linha de transmissão de 345 kV Viana 2 (ES) – João Neiva 2 (ES), a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2, e a ampliação da subestação 345 kV Viana. A Companhia iniciou as obras de construção da subestação ("SE") Viana. A licença de instalação para a Linha de Transmissão e Subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.

⁴ Para recebimento da totalidade da RAP

⁵ A IE Ivaí obteve LI referente à SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019. Estão pendentes as LI's para Linhas de Transmissão e outras subestações deste projeto.

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (338 km), que interligará a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a Licença Ambiental Prévia ("LP") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA").

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (208 km), que interligará a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a LP para o empreendimento, emitida pelo IBAMA. Em abril de 2019, a subsidiária obteve Licença de Instalação expedida pelo IBAMA.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação da linha de transmissão de 345 kV (79 km), que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 no 3T18, porém as licenças de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.



IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é constituído pela implantação de cerca de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, sendo 515 km das linhas de transmissão ("LTs") 525 kV Foz do Iguazu – Guaíra, Guaíra – Sarandi, Londrina – Sarandi e Sarandi - Londrina, e 85 km da LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte; assim como 3 subestações (Guaíra 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada, Sarandi 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada e Paranavaí Norte 230/138 kV – 300 MVA de potência instalada).

Em setembro de 2018, a subsidiária obteve Licença Prévia expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná ("IAP") referente às instalações de 230 kV, que compreende a LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte, a subestação Paranavaí Norte 230/138 kV e a subestação Sarandi 525/230 kV.

Em abril de 2019, a subsidiária obteve Licença Prévia referente à LT 525 kV Foz do Iguazu – Guaíra, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi, a LT 525 kV Sarandi – Londrina, a subestação Guaíra 525/230 kV, a SE Foz do Iguazu 525 kV (existente Furnas) e a SE Londrina 525 kV (existente Eletrosul), a serem implantadas no Estado do Paraná. A IE Ivaí também obteve Licença de Instalação referente à SE Sarandi de 525/230 kV também a ser implantada no Paraná.

IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação da linha de transmissão (18 km) de 230 kV Nova Porto Primavera (SP) – Rosana (PR) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. A subsidiária obteve Licença de Instalação do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.

IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação das subestações Baguaçu e Alta Paulista de 1.400 MVA de potência, 107 km de linha de transmissão, 440 kV da subestação Alta Paulista ao seccionamento da linha de transmissão Marechal Rondon – Taquaruçu e trecho de linha de transmissão 440 kV da subestação Baguaçu ao seccionamento da linha de transmissão Ilha Solteira – Bauru.

IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 440 kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação da subestação Ratores 230/138kV com 300 MVA de potência, ampliação da subestação Biguaçu (existente), além da construção da linha de transmissão de 57 km entre a subestação Biguaçu (existente, operada pela Eletrosul) e a subestação 230 kV Ratores, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 1T19, o IENS totalizou $2,23 \times 10^{-5}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 1T19, a PV aplicada foi de 1,46% da RAP consolidada.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 1T19, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 806,9 milhões, redução de 3,3% em relação ao 1T18. A variação é explicada, principalmente:

- (i) pela menor receita auferida com RBSE no 1T19, em função da sazonalidade do pagamento ocorrida no primeiro ciclo de recebimento (2017/2018) e pela linearização do componente econômico no ciclo 2018/2023; parcialmente compensada;
- (ii) pela variação do IPCA que teve impacto positivo na receita de O&M;
- (iii) pela entrada em operação de projetos de reforços e melhorias;
- (iv) pela maior antecipação de receita em função do superávit na arrecadação do sistema e seu rateio calculado pelo ONS;
- (v) pelo aumento da receita com CDE, em função do maior número de consumidores livres no portfólio da Companhia na comparação dos períodos. Vale ressaltar que este efeito é neutralizado quando este montante é repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") via deduções.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	799,8	827,9	(3,4%)
Controladora	741,9	786,3	(5,6%)
Receita de O&M	207,7	202,7	2,4%
Receita de Novos Investimentos	84,2	71,4	17,9%
Antecipação e PV	19,8	(1,5)	(1419,4%)
RBSE	397,0	494,1	(19,7%)
CDE/PROINFA	33,3	19,6	70,5%
Controladas e Coligadas	57,9	41,6	39,2%
Outras	7,0	6,7	4,3%
Receita Bruta	806,9	834,6	(3,3%)
Deduções	(112,7)	(102,3)	10,1%
Receita Líquida	694,2	732,3	(5,2%)



As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização). No 1T19 atingiram R\$ 112,7 milhões vs. R\$ 102,3 milhões no 1T18, principalmente em função do aumento do CDE, conforme explicado acima. Desta forma, a receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 694,2 milhões no 1T19.

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Pessoal	(83,1)	(77,7)	6,9%
Materiais	(3,2)	(3,0)	4,5%
Serviços	(27,0)	(27,4)	(1,4%)
Contingências	(0,2)	(1,9)	(90,3%)
Outros	(16,8)	(3,9)	334,0%
Sub -Total	(130,2)	(113,9)	14,4%
Depreciação	(145,0)	(145,8)	(0,6%)
Total	(275,2)	(259,7)	6,0%

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 14,4% no 1T19 vs. 1T18, em função do menor gasto (não recorrente) com IPTU em 2018 (R\$ 10,9 milhões) decorrente da negociação da alíquota aplicada nos anos de 2007 e 2008 pela Prefeitura de São José dos Campos. Excluindo esse evento não recorrente, a variação dos custos e despesas teria sido de 4,4%, em linha com a inflação do período.

O aumento dos gastos com pessoal reflete os impactos do acordo coletivo que incidiu a partir de junho/18. A redução na linha de contingências é explicada pelo maior volume de baixas de processos da Companhia por mudanças de prognósticos e revisão de valores envolvidos.

As despesas administrativas e os custos de O&M atingiram R\$ 275,2 milhões no 1T19, aumento de 6,0% em relação ao 1T18, com a depreciação em linha nos dois períodos. No 1T19 a depreciação relativa à RBSE¹ foi no montante de R\$ 116,6 milhões vs. R\$ 125,0 milhões no 1T18.

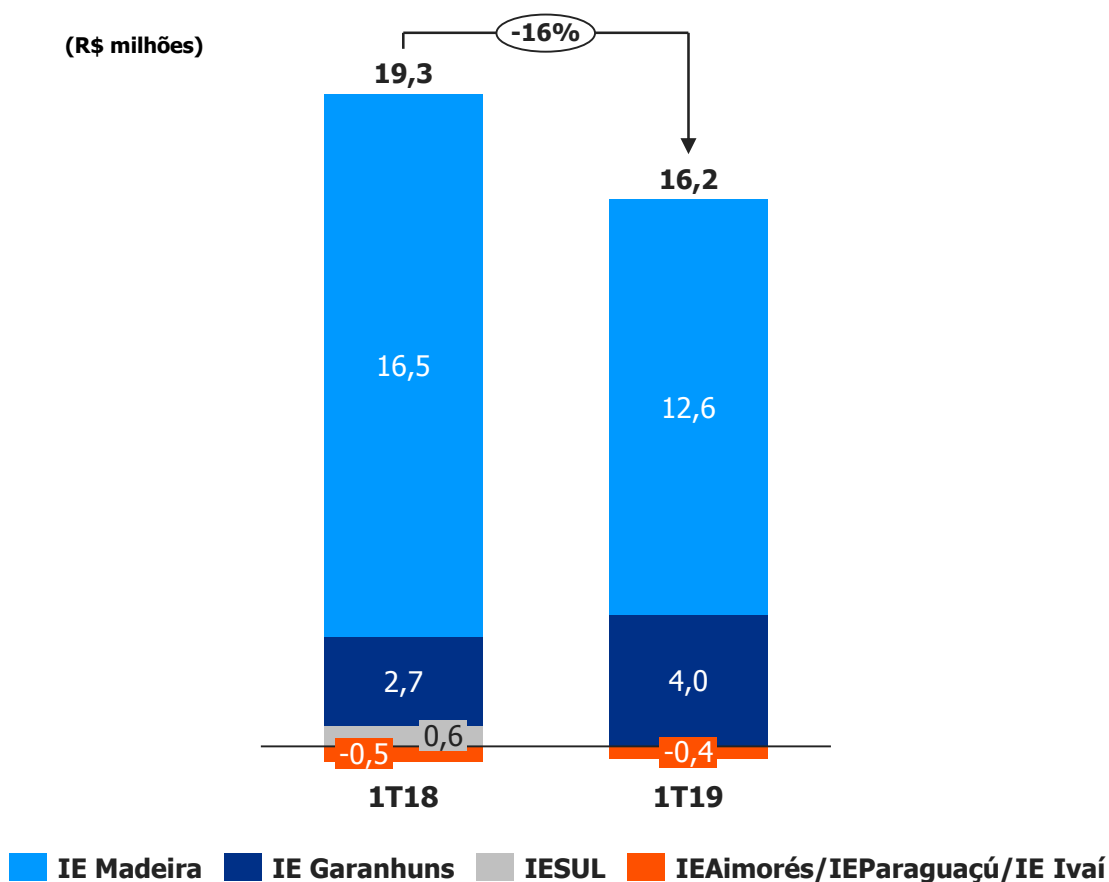
¹ Considera a amortização em 96 parcelas (8 anos) do valor de depreciação repesado de janeiro de 2013 a junho de 2017.



Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 1T19 registrou receita de R\$ 16,2 milhões, queda de R\$ 3,1 milhões vs. 1T18. Esta variação é explicada, principalmente, pelo menor resultado da IE Madeira (redução de R\$ 3,9 milhões vs. 1T18) decorrente do impacto negativo da parcela variável.

O resultado da IE Garanhuns apresentou crescimento de R\$ 1,3 milhão em função do impacto positivo do reajuste da RAP para o ciclo 2018/2019. A IE Sul passou a ter seus resultados consolidados integralmente nos da Companhia a partir de setembro de 2018. Nas subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), o resultado é explicado pelas despesas administrativas na fase atual de execução dos projetos.





EBITDA e Margem

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 614,8 milhões no 1T19, redução de 10,1% comparado ao 1T18. Esse resultado é explicado, principalmente, pela menor receita proveniente da RBSE.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	234,1	305,3	(23,3%)
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	137,1	156,2	(12,2%)
Resultado financeiro líquido	54,5	35,3	54,4%
Depreciações e amortizações	145,6	146,4	(0,6%)
EBITDA ICVM nº 527/12	571,2	643,2	(11,2%)
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	60,0	69,9	(14,2%)
Equivalência Patrimonial	(16,2)	(19,3)	(16,0%)
Custos e despesas não recorrentes ¹	(0,2)	(9,8)	(98,0%)
EBITDA Ajustado	614,8	683,9	(10,1%)
Margem EBITDA Ajustado	80,7%	84,4%	(3,7) p.p.
RBSE	(344,5)	(448,4)	(23,2%)
EBITDA Ajustado ex-RBSE	270,2	235,5	14,7%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	64,8%	65,1%	(0,3) p.p.

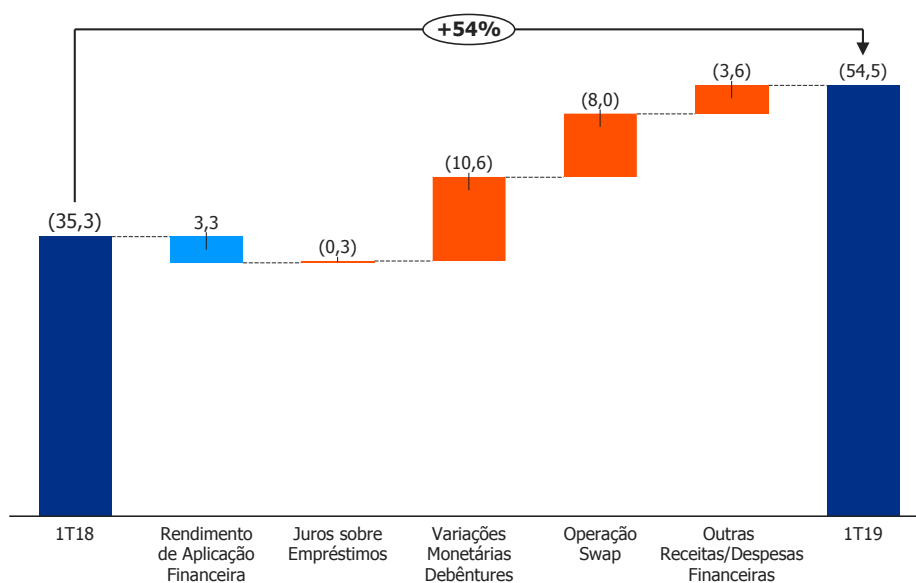
¹ Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão e comissões de êxito em contingências



Resultado Financeiro

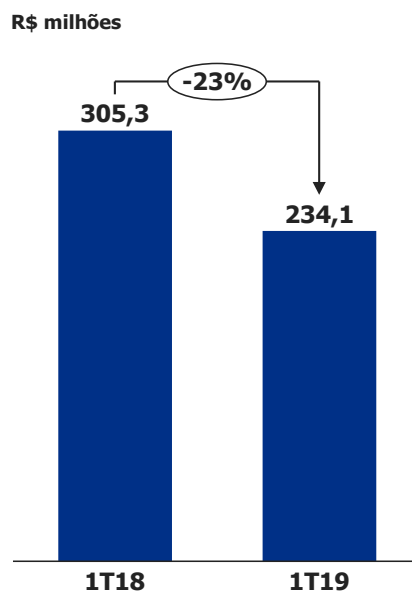
O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 54,5 milhões no 1T19, aumento de 54% comparado à despesa no 1T18. Esta variação é explicada:

- (i) pelo aumento de despesas com variações monetárias das debêntures, em função da 7ª emissão de debêntures da Companhia realizada no 2T18;
- (ii) pelas maiores despesas com operação de swap em função das novas contratações de financiamento nos termos da Lei 4.131 durante o exercício de 2018;
- (iii) pelo aumento na linha de outras despesas financeiras, em função do IOF decorrente de desembolso de dívida com o BNDES no trimestre; parcialmente compensados pelo:
- (iv) aumento do rendimento de aplicação financeira, em função do maior nível de caixa no período.



Lucro Líquido

O lucro líquido do 1T19 foi de R\$ 234,1 milhões, redução de R\$ 71,2 milhões em relação ao lucro registrado no 1T18.





Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

A Companhia e suas controladas adotaram os novos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC nº 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A receita dos serviços que a Companhia presta passou a ser registrada e mensurada de acordo com os referidos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018, não reproduzindo os efeitos para o exercício comparativo de 2017.

Como consequência da aplicação do CPC nº 47, todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual, em que o fluxo de recebimentos (RAP) é remunerado por uma taxa de desconto que contempla os riscos e prêmios do setor e que passa a ser a estabelecida no início de cada projeto e atualizado pelo IPCA/IGPM. Para os ativos em fase de obras, a receita de infraestrutura estabelecida é suficiente para cobrir gastos incorridos e encargos para a implementação do projeto. Eventuais variações em relação à rentabilidade do projeto passam a ser reconhecidas no resultado no início de operação.

O ativo financeiro da RBSE, até então classificado como ativo financeiro ao custo amortizado, passou a ser mensurado a valor justo com a aplicação do CPC nº 48.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões) IFRS vs. Regulatório	Regulatório 1T19	IFRS 1T19	Varição
Receita Operacional Bruta	807	846	-39
Receita de O&M	283	283	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	120	0	120
Receita de Infraestrutura	0	72	-72
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	0	92	-92
Receita ativo da concessão	0	129	-129
Receita RBSE	397	264	133
Outras receitas	7	7	0
Deduções	-113	-114	1
Receita Operacional Líquida	694	732	-38
Custos de Infraestrutura	0	-69	69
Custos de O&M e Despesas Gerais	-130	-128	-2
Depreciação	-146	-5	-140
Resultado do Serviço	418	530	-112
Equivalência Patrimonial	16	34	-18
Outras receitas (despesas) operacionais	-9	0	-9
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	426	564	-139
Resultado Financeiro	-54	-55	0
IR & CSLL	-137	-152	15
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	234	357	-123
Participação do acionista não controlador	-4	-4	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	230	353	-123



Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 1T19 foi 30% no IFRS e de 37% no resultado Regulatório. A variação entre as alíquotas pode ser explicada pela contabilização do ativo contratual diferido no IFRS.

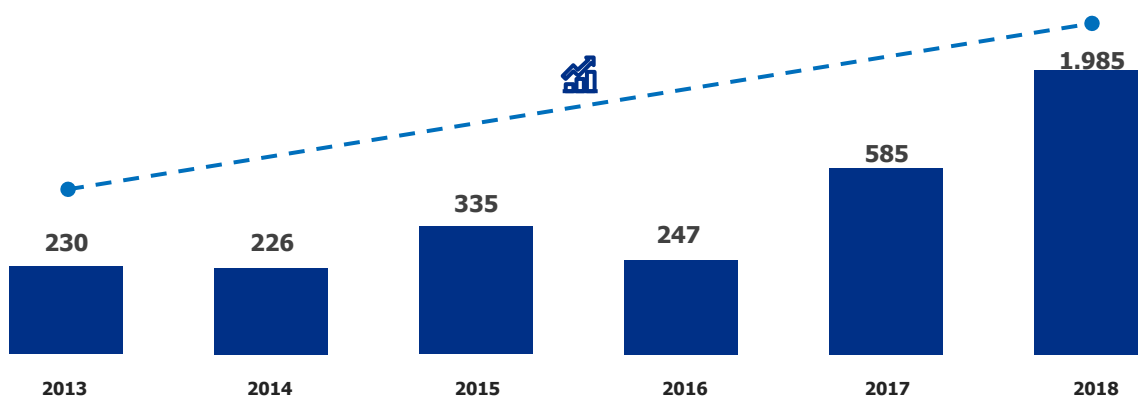
PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou ao mercado a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), sujeita a aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

Conforme gráfico abaixo, em 2018 a Companhia atingiu o seu recorde histórico de distribuição de proventos com o pagamento de R\$ 1.985 milhões, por meio de juros sobre capital próprio e dividendos, o equivalente a um *dividend yield* de 17% e *payout* de 154%.

(R\$ milhões)



	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Payout Regulatório	N.A.*	91%	123%	108%	95%	154%

* A Companhia registrou prejuízo devido à provisão para perdas relacionada à Lei 4.819/58



ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2019, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.097,8 milhões, aumento de R\$ 82,9 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do desembolso de R\$ 80 milhões do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos para investimentos de reforços e melhorias, bem como para investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e nos programas socioambientais dos projetos.

Em função do CPC 06 (R2), que estabelece que a partir de janeiro de 2019 a Companhia reconheça para todos os contratos os passivos para pagamentos futuros com exceção a contratos de curto prazo e/ou baixo valor, foram adicionados R\$ 20,5 milhões à dívida bruta do IFRS referente aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.118,4 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da Companhia na comparação trimestral pode ser justificado, principalmente, pela geração de caixa operacional durante o período. Desta forma, a dívida líquida atingiu R\$ 1.992,6 milhões ao final de março de 2019 vs. R\$ 2.317,3 milhões em dezembro de 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,8x em março de 2019.

Empréstimos e Financiamentos	31/03/2019	31/12/2018	Var (%)
R\$ (milhões)			
Dívida Bruta	3.097,8	3.015,0	2,7%
Curto Prazo	366,6	357,8	2,5%
Longo Prazo	2.731,2	2.657,2	2,8%
Disponibilidades Consolidadas	1.105,3	697,6	58,4%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	822,5	466,8	76,2%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	282,7	230,9	22,5%
Dívida Líquida Consolidada	1.992,6	2.317,3	-14,0%

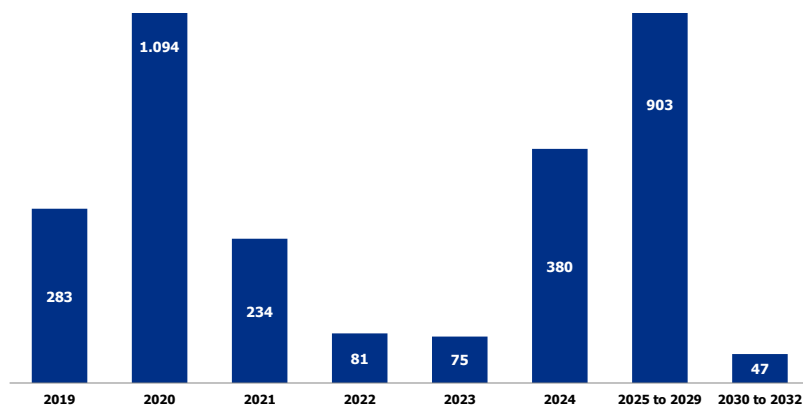
*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

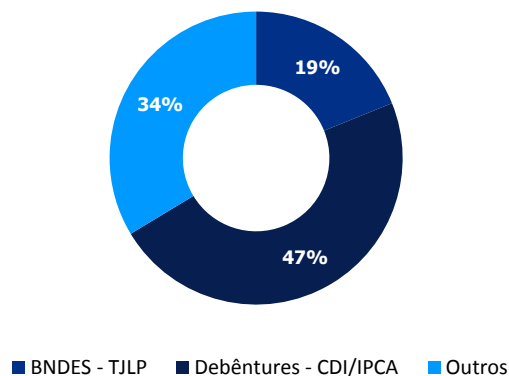
O custo médio da dívida consolidada foi de 8,2% a.a. em 31 de março de 2019 vs. 7,9% a.a. em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indicador de endividamento da Companhia e também o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2019 era de 3,1 anos.



**Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)**



**Contratação da Dívida e Indexação
31/03/2019**



INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 96,4 milhões no 1T19. Os investimentos de reforços e melhorias não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintas e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

Investimentos (R\$ milhões)	1T19	1T18	Var (%)
ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)	17,4	19,5	(10,5%)
Total Subsidiárias	78,9	77,8	1,5%
Operacionais	7,8	6,2	26,3%
Pré-operacionais	71,1	71,6	-0,7%
Total	96,4	97,3	-0,9%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

MERCADO DE CAPITAIS

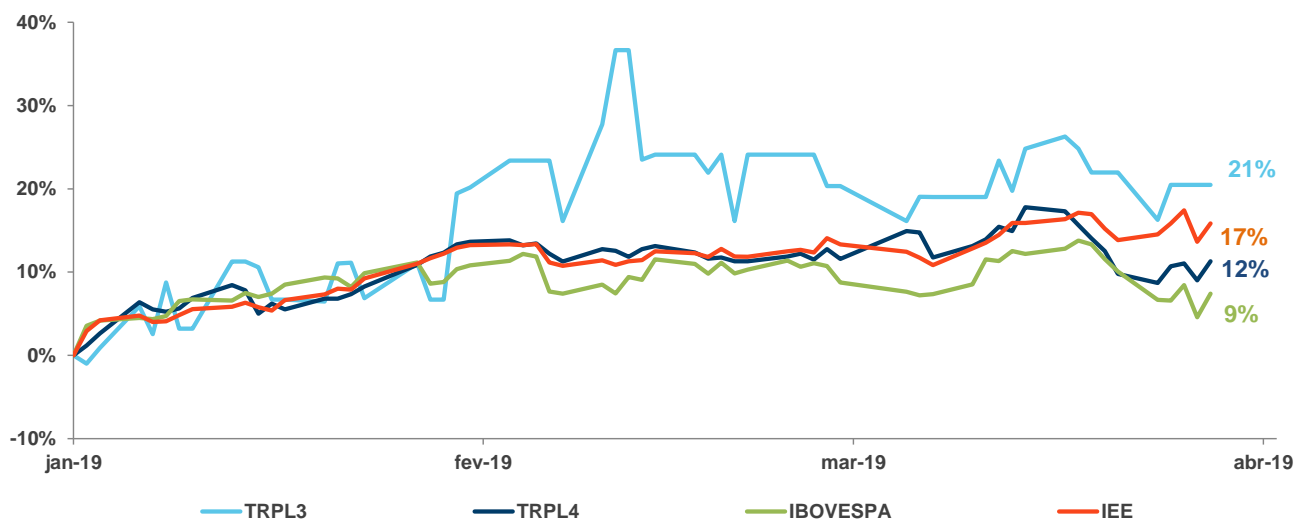
A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 1T19 cotadas a R\$ 83,39 (R\$ 20,85 pós desdobramento) e R\$ 77,14 (R\$ 19,29 pós desdobramento), respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 31 de março de 2019, era de R\$ 13,1 bilhões.



No ano de 2019, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 12%. O volume médio diário de negociação na B3 no período foi de R\$ 31,6 milhões, 62% acima daquele verificado no mesmo período de 2018 (R\$ 19,5 milhões). A média diária de negociações foi de 2,5 mil negócios por dia, 40% acima dos 1,8 mil registrados no ano anterior.

Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Nota Técnica nº 203/2018 – ANEEL

Em 18 de dezembro de 2018, a ANEEL publicou Nota Técnica nº 203/2018 com a análise de contribuições referentes à Audiência Pública nº 31/2018 sobre a metodologia para a atualização do Banco de Preços de Referência ANEEL a ser utilizado nos processos de autorização, licitação e revisões de receitas anuais permitidas das concessionárias de transmissão de energia elétrica.

O resultado da Audiência Pública nº 31/2018 foi aprovado em Reunião de Diretoria da ANEEL em 19 de fevereiro de 2019 com a publicação da Resolução Homologatória 2.514/2019, sendo definida a data de 09 de abril de 2019 para protocolo dos laudos de avaliação da base incremental.

Após análise dos recursos administrativos interpostos pelas concessionárias contra a Resolução Homologatória 2.514/2019, a diretoria da ANEEL por meio do despacho nº 1140/2019, determinou a alteração da data entrega do Laudo de Avaliação, que deverá ser realizado em julho/19.

Nota Técnica nº 37/2019 – ANEEL

Em 14 de março de 2019, a ANEEL abriu Audiência Pública nº 09/2009 e divulgou a Nota Técnica nº 37/2019 sobre a metodologia e atualização da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital ("WACC"). O documento propõe um WACC de 7,32%, com efeitos retroativos para o ano de 2018 e de 7,11% para o ano de 2019. As contribuições à referida AP foram entregues em 22 de abril de 2019.

Alteração na Diretoria

Em 19 de março de 2019, Rinaldo Pecchio Junior, até então Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da ISA CTEEP, deixou a Companhia para assumir novos desafios profissionais. O Diretor Presidente, Reynaldo Passanezi Filho, acumula o cargo interinamente.



EVENTOS SUBSEQUENTES

Desdobramento de Ações

Em 04 de abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais, conforme explicado na seção "Composição Acionária".

Obtenção de Licença Prévia e Licença de Instalação da IE Ivaí

Em 11 de abril de 2019, a IE Ivaí, subsidiária 50% ISA CTEEP e 50% Taesa, formada a partir do leilão de transmissão conquistado em abril de 2017, obteve licença prévia e licença de instalação, conforme explicado na seção "Crescimento".

Obtenção de Licença de Instalação da IE Aimorés

Em 24 de abril de 2019, a IE Aimorés, subsidiária 50% ISA CTEEP e 50% Taesa, formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela empresa em outubro de 2016, obteve licença de instalação, conforme explicado na seção "Crescimento".

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

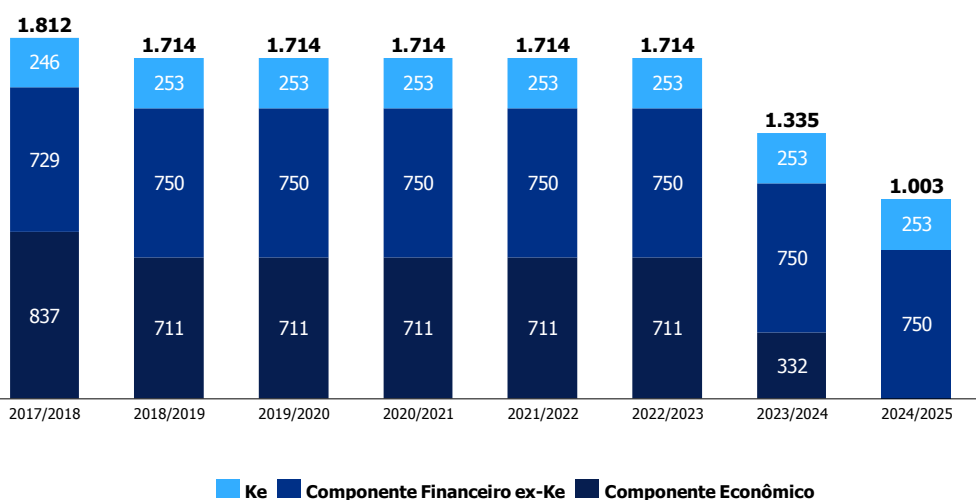
Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.



O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no último reajuste tarifário, no qual a RAP do ciclo 2018/2019 também foi atualizada pelo IPCA de 2,86%. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. O resultado do cálculo com os ajustes mencionados, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado abaixo em valores líquidos de PIS/COFINS:



Premissas conforme REN ANEEL nº 762/2017

IPCA (dez/12-jun/17): 34,45%

WACC: 6,64%

Custo de Capital próprio (Ke): 10,74% (1º sem/13) e 10,44% (jul/13 até jun/17)

Valores estimados. WACC será redefinido na revisão tarifária e a base de ativos está sujeita a baixas

Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 332 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia continua recebendo cerca de 85% do valor total da RBSE, desde julho de 2017. Portanto, o recebimento do Ke depende de decisão judicial, e consequentemente não há definição sobre a forma de pagamento das parcelas que até o ciclo 2018/2019 não foram recebidas.

Quanto ao aspecto legislativo, inicialmente no projeto de lei que visa à privatização da Eletrobras (PL 9.463/2018) foi proposto o pagamento do RBSE, com duas alterações: a substituição do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC na correção da parcela do componente financeiro, e aumento do prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente das concessões (cerca de 25 anos) desse mesmo componente.

Em maio de 2018, no âmbito mesmo do projeto de lei, foi divulgado novo relatório mantendo o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, bem como a substituição do Ke pelo WACC, e ampliou a sua aplicação a todos os transmissores.



Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (“STF”), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.



ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	17,968	16,740
Aplicações financeiras	1,087,284	680,909
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	276,793	270,923
Estoques	18,709	20,365
Serviços em Curso	16,631	14,879
Tributos e contribuições a compensar	84,201	29,521
Créditos com partes relacionadas	4,276	323
Despesas pagas antecipadamente	34,841	8,384
Caixa restrito	1,814	1,787
Outros	43,681	48,818
	1,586,198	1,092,649
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	44,888	42,268
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10,666	10,575
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1,426,613	1,426,083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76	0
Cauções e Depósitos Vinculados	64,874	66,987
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105,444	105,444
Instrumentos financeiros derivativos	10,771	2,643
Outros	1,467	1,476
	1,664,799	1,655,476
Investimentos	1,202,280	1,150,275
Imobilizado	7,023,767	7,095,933
Intangível	278,554	295,698
	8,504,601	8,541,906
	10,169,400	10,197,382
Total do Ativo	11,755,598	11,290,031



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	344.159	334.067
Debêntures	22.436	23.707
Fornecedores	72.276	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	163.232	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	39.302	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.831	7.835
Provisões	29.156	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	5.103	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	27.472	34.310
	713.447	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.273.554	1.215.689
Debêntures	1.457.692	1.441.504
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	757.847	735.689
Encargos Regulatórios a recolher	39.380	35.925
Provisões	91.036	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	18.473	19.093
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	329.630	332.930
Outros	33.602	33.078
	4.001.214	3.904.616
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	760.451	760.451
Reserva de Reavaliação	2.047.987	2.103.510
Outros Resultados Abrangentes	73.389	73.192
Lucros/Prejuízos Acumulados	285.711	0
	6.758.224	6.527.839
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	282.713	230.878
	7.040.937	6.758.717
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.755.598	11.290.031


Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	806.853	834.640	(3,3%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	799.831	827.908	(3,4%)
Outras Receitas	7.022	6.732	4,3%
Deduções à Receita Operacional	(112.689)	(102.316)	10,1%
Receita Operacional Líquida	694.164	732.324	(5,2%)
Custos e Despesas Operacionais	(275.211)	(259.669)	6,0%
Pessoal	(83.116)	(77.724)	6,9%
Material	(3.151)	(3.016)	4,5%
Serviços	(26.995)	(27.374)	(1,4%)
Depreciação	(144.967)	(145.819)	(0,6%)
Outros	(16.982)	(5.736)	196,1%
Resultado do Serviço	418.953	472.655	(11,4%)
Resultado Financeiro	(54.493)	(35.293)	54,4%
Rendimento de Aplicações Financeiras	14.183	10.886	30,3%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(15.154)	(9.620)	57,5%
Juros Ativo/Passivos	(205)	(580)	(64,7%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.444)	(31.704)	15,0%
Outras	(16.873)	(4.275)	294,7%
Resultado Operacional	364.460	437.362	(16,7%)
Equivalência Patrimonial	16.244	19.347	(16,0%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(9.562)	4.747	(301,4%)
Resultado Anterior aos Tributos	371.142	461.456	(19,6%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(137.075)	(156.193)	(12,2%)
Corrente	(114.844)	(176.614)	(35,0%)
Diferido	(22.231)	20.421	(208,9%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	234.067	305.263	(23,3%)
Participação do Acionista não Controlador	(3.879)	(3.460)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	230.188	301.803	(23,7%)



Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	458.528	454.808
Lucro Líquido do exercício	234.067	305.263
Depreciação e amortização	144.941	145.819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.232	(20.421)
Demandas judiciais	(378)	459
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	10.351	1.034
Benefício fiscal – ágio incorporado	9	9
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	597	597
Realização da perda em controlada em conjunto	(504)	(535)
Resultado de equivalência patrimonial	(16.244)	(19.347)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	63.457	41.930
(Aumento) diminuição de ativos	(82.397)	(239.832)
Caixa restrito	(2.647)	(6.052)
Contas a receber – Investimento em infraestrutura	(5.962)	(14.903)
Estoques	1.656	1.746
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(530)	(50.328)
Tributos e contribuições a compensar	(54.680)	(118.573)
Despesas pagas antecipadamente	(26.457)	(36.320)
Cauções e depósitos vinculados	2.858	462
Serviços em curso	(1.752)	(2.834)
Crédito com controladas	(3.953)	412
Outros	9.070	(13.442)
Aumento (diminuição) de passivos	78.735	44.888
Fornecedores	(16.082)	(20.670)
Tributos e encargos sociais a recolher	108.887	134.052
Obrigações trabalhistas	(7.891)	(6.630)
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	1.759	1.797
Provisões	(1.884)	(513)
Valores a pagar Funcesp	853	1.253
Reserva Global de Reversão	(620)	(620)
Outros	(6.287)	(5.635)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	454.866	259.864
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(463.730)	(198.986)
Aplicações financeiras	(354.571)	(119.820)
Imobilizado	(69.453)	(64.966)
Investimentos	(44.500)	(14.200)
Dividendos recebidos	4.794	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	10.092	(55.714)
Adições de empréstimos	80.000	697
Pagamentos de empréstimos (principal)	(22.209)	(26.442)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(38.238)	(26.508)
Transações com acionistas não controladores	(3.879)	(3.460)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.582)	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	0	(1)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.228	5.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.968	11.749
Variação em caixa e equivalentes de caixa	1.228	5.164



Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

IE MADEIRA			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T19	1T18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	126.1	145.3	(13.2%)
Deduções à receita operacional	(16.6)	(18.8)	(11.3%)
Receita operacional líquida	109.4	126.6	(13.5%)
Custos e Despesas	(9.0)	(9.4)	(3.5%)
Depreciação	(33.9)	(34.1)	(0.7%)
Resultado do Serviço	66.5	83.1	(20.0%)
Resultado Financeiro	(41.4)	(45.4)	(8.8%)
Outras Receitas e Despesas	(0.0)	0.0	-
Lucro antes do IR & CSLL	25.1	37.7	(33.5%)
IR & CSLL*	(0.3)	(5.3)	(94.2%)
Lucro líquido	24.7	32.3	(23.5%)
Participação ISA CTEEP (51%)	12.6	16.5	(23.5%)

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

IE GARANHUNS			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T19	1T18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	25.6	23.5	8.5%
Deduções à receita operacional	(3.2)	(2.7)	18.3%
Receita operacional líquida	22.3	20.8	7.3%
Custos e Despesas	(4.0)	(3.3)	20.9%
Depreciação	(6.2)	(6.2)	0.4%
Resultado do Serviço	12.1	11.3	7.0%
Resultado Financeiro	(4.0)	(4.2)	(4.9%)
Outras Receitas e Despesas	0.0	0.0	-
Lucro antes do IR & CSLL	8.2	7.2	14.0%
IR & CSLL*	(0.3)	(1.9)	(82.0%)
Lucro líquido	7.8	5.3	47.9%
Participação ISA CTEEP (51%)	4.0	2.7	47.9%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.


Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	192,5	196,7
	3,50% a.a.	15/01/24	49,3	51,8
	TJLP	15/03/29	1,6	0,0
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	228,0	151,0
	6,0% a.a.	18/11/19	1,5	2,1
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%	15/07/21	166,4	162,3
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04%	15/02/24	316,1	325,0
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	356,0	350,3
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	641,6	627,5
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	296,8	293,9
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	294,0	292,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	235,6	233,1
Eletrobras	8,0% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil	8,86% a.m.	31/12/20	11,5	0,5
Arrendamento Mercantil	6,47% a.m.	31/01/21	9,5	0,0
Total Dívida Bruta CTEEP			2.800,4	2.686,5
Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2019	31/12/2018
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,9	5,0
	3,5% a.a.	15/04/23	7,4	7,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	26,2	27,0
	5,5% a.a.	15/01/21	18,4	20,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	27,6	28,5
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	23,9	24,7
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	21,6	22,8
	5,5% a.a.	15/01/21	2,1	2,3
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	4,7	4,9
	3,0% a.a.	15/04/23	4,9	5,2
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	7,4	7,6
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	169,0	171,7
Total Dívida Bruta Subsidiária			318,0	328,5
Total Dívida Bruta Consolidado			3.118,4	3.015,0



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/03/2019	3.106	Dívida Líquida 31/03/2019	1.993	Dívida Líquida 31/03/2019	1.993	Dívida Líquida 31/03/2019	1.993
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.412	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.188	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.504	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.188
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/03/2019	1,29	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/03/2019	0,91	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/03/2019	0,80	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/03/2019	0,91
Patrimônio Líquido 31/03/2019	11.562	Resultado Financeiro 31/03/2019	162	Resultado Financeiro 31/03/2019	140	Despesa com juros líquida 31/03/2019	162
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 31/03/2019	0,21	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/03/2019	13,52	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/03/2019	17,87	EBITDA Ajustado / Despesa com juros líquida 31/03/2019	13,52

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $> 2,0$.



Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/12/2018
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	224,5	440,2
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	562,3	1.102,5
	BNDES	TJLP	15/02/2030	1,2	2,3
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	57,4	112,6
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	152,2	298,4
Dívida Bruta				997,6	1.956,1
Disponibilidades				92,9	182,2
Dívida Líquida				904,7	1.774,0
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	89,6	175,6
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	34,3	67,3
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,7	1,3
Dívida Bruta				124,6	244,3
Disponibilidades				19,1	37,5
Dívida Líquida				105,5	206,8
TOTAL Dívida Bruta				1.122,2	2.200,4
TOTAL Dívida Líquida				1.010,2	1.980,7



Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	17.968	16.740
Aplicações Financeiras	1.087.284	680.909
Ativo de concessão	1.956.862	2.086.298
Estoques	37.516	39.173
Tributos e contribuições a compensar	84.201	29.521
Créditos com partes relacionadas	4.276	323
Despesas pagas antecipadamente	34.841	8.384
Caixa restrito	1.814	1.787
Outros	31.529	36.509
	3.256.291	2.899.644
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	44.888	42.268
Ativo de concessão	12.222.686	12.047.558
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.426.613	1.426.083
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	7.665	9.037
Cauções e depósitos vinculados	64.874	66.987
Estoques	11.798	13.551
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	10.771	2.643
Outros	26.954	25.236
	13.921.693	13.738.807
Investimentos	1.917.881	1.848.092
Imobilizado	45.400	25.539
Intangível	28.136	30.142
	1.991.417	1.903.773
	15.913.110	15.642.580
Total do Ativo	19.169.401	18.542.224



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	344.159	334.067
Debêntures	22.436	23.707
Arrendamento	10.565	0
Fornecedores	72.276	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	163.259	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	39.302	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.831	7.835
Obrigações trabalhistas	29.156	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	5.103	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	27.472	34.310
	724.039	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.273.554	1.215.689
Debêntures	1.457.692	1.441.504
Arrendamento	9.984	0
PIS e COFINS Diferidos	1.177.627	1.176.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.638.945	2.603.438
Encargos Regulatórios a recolher	39.380	35.925
Provisões	91.036	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	18.473	19.093
Outros	33.602	33.078
	6.740.293	6.616.001
PA TRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	7.404.769	7.404.769
Outros Resultados Abrangentes	73.389	73.192
Lucro/Prejuízo Acumulados	353.512	0
	11.422.356	11.068.647
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	282.713	230.878
	11.705.069	11.299.525
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	19.169.401	18.542.224



Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T19	1T18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	846.080	599.282	41,2%
Receita de Infraestrutura	72.374	80.136	(9,7%)
Receita bruta de Operação e Manutenção	282.515	235.019	20,2%
Remuneração dos ativos de concessão	484.169	277.395	74,5%
Outras Receitas	7.022	6.732	4,3%
Deduções à Receita Operacional	(113.784)	(77.872)	46,1%
Receita Operacional Líquida	732.296	521.410	40,4%
Custos e Despesas Operacionais	(202.375)	(190.804)	6,1%
Pessoal	(86.137)	(81.033)	6,3%
Material	(47.151)	(60.873)	(22,5%)
Serviços	(48.025)	(37.990)	26,4%
Depreciação	(5.242)	(2.235)	134,5%
Outros	(15.820)	(8.673)	82,4%
Resultado do Serviço	529.921	330.606	60,3%
Resultado Financeiro	(54.876)	(35.293)	55,5%
Rendimento de Aplicações Financeiras	14.183	10.886	30,3%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(15.154)	(9.620)	57,5%
Juros Ativo/Passivos	(205)	(580)	(64,7%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.827)	(31.704)	16,2%
Outras	(16.873)	(4.275)	294,7%
Resultado Operacional	475.045	295.313	60,9%
Equivalência Patrimonial	34.028	22.447	51,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	191	4.722	(96,0%)
Resultado Anterior aos Tributos	509.264	322.482	57,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(151.873)	(96.138)	58,0%
Corrente	(114.844)	(176.614)	(35,0%)
Diferido	(37.029)	80.476	(146,0%)
EBITDA ICVM nº 527/12	570.014	360.642	58,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	357.391	226.344	57,9%
Participação do Acionista não Controlador	(3.879)	(3.460)	12,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	353.512	222.884	58,6%



Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	431.231	142.567
Lucro Líquido do período	357.391	226.344
PIS e COFINS diferidos	1.061	(25.676)
Depreciação e amortização	5.242	2.235
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.029	(80.476)
Demandas judiciais	(378)	459
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	1.019	103
Benefício fiscal – ágio incorporado	9	9
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	622	621
Realização da perda em controlada em conjunto	(504)	(535)
Resultado de equivalência patrimonial	(34.028)	(22.447)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	63.768	41.930
(Aumento) diminuição de ativos	(119.978)	9.358
Caixa restrito	(2.647)	(6.052)
Ativo de concessão	(45.186)	220.461
Estoques	3.410	13.348
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(530)	(50.328)
Tributos e contribuições a compensar	(54.680)	(118.573)
Despesas pagas antecipadamente	(26.457)	(36.320)
Cauções e depósitos vinculados	2.858	462
Crédito com controladas	(3.953)	412
Outros	7.207	(14.052)
Aumento (diminuição) de passivos	78.735	44.888
Fornecedores	(16.082)	(20.670)
Tributos e encargos sociais a recolher	108.887	134.052
Obrigações trabalhistas	(7.891)	(6.630)
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	1.759	1.797
Provisões	(1.884)	(513)
Valores a pagar Funcesp	853	1.253
Reserva Global de Reversão	(620)	(620)
Outros	(6.287)	(5.635)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	389.988	196.813
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(395.928)	(135.935)
Aplicações financeiras	(354.571)	(119.820)
Imobilizado	(982)	(1.878)
Intangível	(669)	(37)
Investimentos	(44.500)	(14.200)
Dividendos recebidos	4.794	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	7.168	(55.714)
Adições de empréstimos	80.000	697
Pagamentos de empréstimos (principal)	(25.133)	(26.442)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(38.238)	(26.508)
Transações com acionistas não controladores	(3.879)	(3.460)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.582)	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	0	(1)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.228	5.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.968	11.749
Variação em caixa e equivalentes de caixa	1.228	5.164